



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 5/2019

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes

2.º Secretário – Alexandrina Goreti Fernandes Martins Dias

SUBSTITUIÇÕES

António Luís Miranda dos Santos Serra *(Substituído por Idalina Lopes)*

Luís Manuel Nunes Sanches *(Substituído por Alzira Peres Vinhas)*

Ramiro Manuel Lopes de Matos *(Substituído por Celino Augusto)*

Presidente da Junta de Freguesia de Bendada *(Representado pelo Tesoureiro: Rui Paulo Vicente)*

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula *(Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé)*

Presidente da Junta de Freguesia de Casteleiro *(Representado pelo Secretário: Carlos Alberto Antunes Gonçalves)*

HORA DE ABERTURA: Dezasais horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



0

Às dezasseis horas, dado haver quórum, o Senhor Presidente da Assembleia cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Senhor Presidente da Assembleia começou por dar posse ao Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula do Côa, Nelson Manuel Cameijo Andrade, na sequência do falecimento de Álvaro Manuel Pires dos Santos. -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14-06-2019 -----

Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 14 de junho de 2019. -----

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a ata à votação, em que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 14-06-2019. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao 1.º Secretário que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por António Luís Miranda dos Santos Serra, tendo sido substituído por Idalina Lopes; -----

➤ **Ofício da Junta de Freguesia de Bismula** a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos



Santos Tomé, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ **Ofício da Junta de Freguesia de Casteleiro a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Carlos Alberto Antunes Gonçalves, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal.** -----

➤ **Ofício da Junta de Freguesia de Bendada a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Rui Paulo Vicente, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal.** -----

➤ **Moção de Recomendação aprovada pela Assembleia de Freguesia de Malcata, sobre “Açude e Gestão de Transvases na Barragem do Sabugal”.** -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Foi proposto um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula do Côa, Álvaro Manuel Pires dos Santos e pelo Doutor Jesué Pinharanda Gomes. A proposta foi colocada à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar os Votos de Pesar, seguido de UM MINUTO DE SILÊNCIO. -----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia informou que tinham dado entrada na Mesa da Assembleia duas Moções apresentadas: -----

- **Pelo Grupo da CDU (Senhor João Manata e João Manuel Aristides Duarte) sobre a adoção de medidas ambientalistas, e que se transcreve na íntegra:** -----

*“Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas -----
As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para a inverter.* -----



A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício. -----

É sentimento geral a necessidade de adotar medidas no sentido da proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os fatores, objetivos e subjetivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adoção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera. Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder local democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente: O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; O desenvolvimento duma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer. E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre. -----

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da ação mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume . A proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adoção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias. -----





A AM do Sabugal reunida a 27/09/2019 delibera: -----

1 - Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local. -----

2 - Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências. -----

3 - Instar o município a prosseguir e a intensificar as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas. -----

Os membros da AM Sabugal, eleitos pela CDU: -----

João Manata, -----

João Aristides Duarte.” -----

Após ter sido lida a Moção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Moção apresentada, com sete abstenções e nenhum voto contra. -----

- Pelo Grupo do PSD alusiva à Barragem do Sabugal. Após o representante deste Grupo Municipal, Senhor Manuel Lousa ter procedido à leitura da Moção que a seguir se transcreve: -----

A seca persistente, agravada, ano após ano, reflexo das alterações climáticas em curso, tiveram este verão, no Sabugal, a expressão máxima, demais evidente no nível mínimo de água na Barragem do Sabugal. -----

Este facto exige de todos novas atitudes, novas formas de gestão, mais eficácia na ação, particularmente das entidades públicas a quem se exige regulação e fiscalização. -----



A seca extrema, associada a uma evidente má gestão do sistema do Regadio da Cova da Beira, facilmente percecionado pelo desperdício de água, o desajustado e desmedido transvase entre o Sabugal e o Meimão, provocam o esvaziamento da barragem do sabugal, um cenário desolador, que coloca em risco extremo a biodiversidade da sua envolvente, impedem o uso múltiplo da água, impedem o desenvolvimento de projetos atrativos para o concelho e aumentam o descontentamento dos sabugalenses, que se sentem discriminados ao ver a água que tanta falta lhes faz, ser desperdiçada sem controlo. -----

Considerando que: -----

- 1) O Município do Sabugal, o território concelhio, e nomeadamente a aldeia de Malcata, a mais prejudicada pela implantação da barragem, nunca tiveram qualquer contrapartida pelo gesto de solidariedade nacional tido aquando da construção;* -----
- 2) O Município do Sabugal e o então INAG iniciaram e concluíram um trabalho aturado de desenvolvimento do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal, que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2008, de 21 de novembro, com o objetivo de promover o ordenamento do plano de água e zonas envolventes, conciliando a conservação dos valores ambientais e ecológicos, o uso público e o aproveitamento dos recursos, com uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do meio, tendo em vista a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o território;* -----
- 3) Em 06 de abril de 2015, foi publicada a primeira alteração, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2015, que veio responder à necessidade de proceder a ajustamentos no regime do POAS, no sentido de melhorar a capacidade de resposta às necessidades decorrentes de equipamentos de turismo, recreio e lazer já previstos no plano, aproveitando-se a oportunidade para aperfeiçoar o tratamento ambiental e paisagístico destes espaços;* -----
- 4) As expectativas entretanto criadas pela Construção da Barragem e pelo POAS, levaram a que a freguesia de Malcata, a Câmara Municipal do Sabugal e várias freguesias ribeirinhas do Rio Cóa, tenham desenvolvido ações, projetos, iniciativas no âmbito do Lazer e da criação de atratividade territorial;* -----
- 5) Ano após ano se agrava este cenário de descontentamento e é tempo de parar e pensar a forma eficaz e sustentável de gestão do recurso "água", proveniente da Barragem do Sabugal e compensar os Sabugalenses pelo tempo perdido.* -----

É então tempo de: -----



- 1) *Promover a participação ativa do Município do Sabugal na gestão da água da Barragem, acautelando o funcionamento de projetos de dinamização da envolvente à albufeira, projetos previstos no POAS (Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal); -----*
- 2) *Criar formas de compensação da Aldeia de Malcata, pois foi esta aldeia que mais território cedeu para a concretização da Barragem; -----*
- 3) *Ampliar o bloco de regadio do Sabugal para Águas Belas, Quintas de são bartolomeu e irrigação da Colónia Agrícola Martim Rei; -----*
- 4) *Ampliar do regadio da Cova da beira para a Freguesia de Bendada; -----*
- 5) *Aumentar e regular o caudal no Rio Cóa, permitindo outras atividades como a pesca e a dinamização de espaços de lazer instalados ou a instalar; -----*
- 6) *Disponibilizar água para a pecuária, agricultura e floresta do concelho; -----*
- 7) *Definir formas de aproveitamento da descarga de água a jusante, nomeadamente pelo estudo e implantação de um sistema electroprodutor, permitindo a concessão de exploração à iniciativa privada, havendo algumas manifestações de interesse junto da Câmara Municipal; -*
- 8) *Criar um grupo de trabalho constituído por elementos dos Ministérios da Agricultura, Ambiente, Secretaria de Estado da Valorização do Interior, do Município do sabugal e outros a acordar, com vista à operacionalização das propostas referidas. -----*

Assim, os subscritores desta Moção, secundando os esforços e a diplomacia desenvolvidos pela Câmara Municipal do Sabugal e Junta de Freguesia de Malcata, junto do poder central, através do Ministério da Agricultura, do Ministério do Ambiente e da Secretaria de Estado para a valorização do Interior, propõem a esta Assembleia, a votação da presente moção, devendo dar conhecimento desta posição às entidades com responsabilidades, particularmente à Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Administração da Região Hidrográfica do Norte e Administração Hidrográfica do Tejo.” -----

o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberação, por maioria, aprovar a Moção apresentada, com duas abstenções (Senhora Alexandrina Dias e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira) e nenhum voto contra. -----

Continuando e na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Após cumprimentar os presentes, o Senhor **Carlos Nabais** usando da palavra dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia para solicitar a leitura da Moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Malcata sobre a Barragem. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, em resposta disse que poderia ler a Moção, mas dado o seu teor era preferível a mesma ser distribuída a todos os Membros da Assembleia. Transmitiu ainda que as Moções lidas na assembleia, eram provenientes desta assembleia municipal, não se devendo criar precedentes ao permitir a leitura de Moções oriundas de outros órgãos. -----

Seguiu-se o Senhor **Presidente da União de Freguesias de Aldela da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos**, que usou da palavra para, após saudar os presentes, dizer que estivera presente numa reunião que se realizara no dia 25 do corrente mês no Salão da União de Freguesias de Sabugal, e o tema era a água, tendo por isso estranhado muito a ausência do Governo (porque era suposto estarem lá os seus representantes) e da Câmara. Por isso gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse qual o motivo desta ausência. -----

O Senhor **António Gata**, depois de cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dizer: -----

“Muito pouco já há a dizer. As redes sociais, as tvs e os jornais já o fizeram relativamente à seca extrema, que, apesar de já ter chovido, continua a assolar algumas zonas do Concelho. Mediatismo, quase exclusivamente virado para a Barragem do Sabugal, e muito pouco para os restantes recursos hídricos do Concelho. -----

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Não restando já dúvidas de que este prolema irá continuar a fazer parte do nosso quotidiano, que pensa esta Câmara fazer para lhe fazer frente? -----

Realço o quanto útil é o represamento da água nestas alturas de seca como o demonstra cabalmente a Ribeira de Alfaiates que, além do Rio Côa tem, nesta altura caudal no nosso território. Uma gestão responsável, mas que é possível sempre melhorar. Possibilitou compatibilizar o funcionamento da Praia Fluvial com a manutenção de um caudal mínimo embora suspenso durante algum tempo. ---

Existe uma corrente de opinião que entende que as Assembleias Municipais estão a ser desvalorizadas e a perder o seu papel fiscalizador para serem meros retificadores das decisões dos executivos camarários, e também comentários avulsos de pessoas que procuram desvalorizar o trabalho dos eleitos acusando-os de fraco desempenho, não prepararem as reuniões e de sermos meros instrumentos dos partidos pelos quais somos eleitos. -----



Entendo que é necessário credibilizar o órgão Assembleia Municipal, devendo começar-se pelo melhoramento das condições físicas em que desempenhamos as nossas funções. Para iniciar esta minha intervenção, tive que pousar no chão toda a documentação, e é muita, que me foi distribuída. Para não ir ao palanque tive que reduzir a uma folha, pois com o microfone numa mão seria impossível gerir várias folhas com a outra. Para tomar notas acerca do que se vai passando, eventualmente preparar intervenções, tudo tem de ser feito sobre o joelho. E agora com a questão dos copos da água, facilmente lhe damos um pontapé e a água lá vai por aí abaixo. Sobre este assunto gostava de saber o que pensa o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **Joaquim Brázia**, tomando a palavra, começou por dar os parabéns pela pintura do mural do Mercado Municipal e aproveitou para sugerir a pintura do muro existente na Avenida junto ao Rio. -----

Continuando, perguntou novamente em que ponto de situação estava o projeto da entrada sul do Sabugal. -----

Para terminar perguntou como estava a pinacoteca que tinha proposto em sessão anterior, do Dr. ° Carlos Gonçalves, se já tinham encontrado alguma solução. -----

Em seguida, e depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra o Senhor **José Galhano**, que começou por dar os parabéns ao Executivo Municipal e ao realizador da obra, pelo mural do Mercado Municipal, pois estava mito bem conseguido. -----

Continuando, e relativamente à Barragem de Alfaiates, já referida pelo Senhor António Gata, disse que deveria ser melhorada a gestão dos recursos hídricos. -----

Outra situação, que era seu hábito falar e continuaria a falar, ano após ano, e após o término da época taurina da raia, verificava-se a mesma falta de condições. A capeia é património imaterial, toda a gente fala e defende a capeia, mas no momento certo faltam as coisas, nomeadamente veterinários e equipas médicas, e quem lá anda a “*por o corpo ao manifesto*” não tem condições de segurança. Simplesmente tinham morrido 5 cavalos nos encerros e outros 5 ficaram feridos que poderiam ter sido tratados. Temos ainda de pensar nas pessoas que estão nos encerros, quer os meros expetadores quer os que participam neles. Se o Executivo e as Entidades não podem proporcionar essas condições então deverão contratar esses serviços nem que seja aos nossos vizinhos espanhóis. É inadmissível as ambulâncias irem para as capeias sem levarem o mínimo dos materiais necessários. -----





Referiu ainda que em certas localidades a limpeza das bermas e valetas apenas se efetuava nas valetas, não estando a cumprir os três metros exigidos para a limpeza das bermas o que em caso de incêndio permitia um pequeno corta fogo. -----

Para finalizar a sua intervenção, e sobre o novo quadro comunitário, as reparações e recuperações dos açudes do Rio Côa era uma boa aposta, porque se beneficiamos da água do Côa que vai para a Beira Baixa para regar terreno de cultivo, mas muitas vezes para regar silvas e giestas. Qualquer pessoa que se desloque à Cova da Beira verifica perfeitamente o desperdício que é feito da água. Portanto, se calhar deveríamos também ver se conseguiam um projeto para recuperar e arranjar os açudes do Rio Côa. ---

Seguiu-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, que depois de cumprimentar os presentes, disse ter duas pequenas notas para hoje. -----

A primeira, lamentar o acidente que vitimou o colega Presidente da Junta de Freguesia da Rapoula do Côa, o colega Álvaro, para quem eu aqui nesta Assembleia, por mais do que uma vez fui cáustico, mas, que hoje naturalmente me cumpre deixar uma nota de pesar à sua família e de solidariedade à sempre irmã e amiga Rapoula do Côa. Conservarei do jovem Álvaro, a ideia da sua dedicação à causa pública e no seu esforço na procura do melhor para a sua terra. -----

Uma segunda nota também para lamentar a ausência do conterrâneo Jesué Pinharanda Gomes que, neste fim de verão nos deixou para, de acordo com a sua própria crença, dar cumprimento ao ciclo que fecha as portas ao mundo do corpo. Pinharanda não morreu como nunca morrem os da sua tipologia. Pinharanda é hoje um vulto do pensamento filosófico português, possivelmente o que melhor o sistematizou, mas também o que se foi perdendo noutros afazeres como ele próprio diz, nunca esquecendo as suas raízes. Quadrazais a sua terra natal e o Sabugal a sua cidade. Pinharanda, pensador, filósofo, ensaísta, investigador, tem o mérito de ser um autodidata, conferindo-lhe este pormenor isenção e liberdade acrescidas na produção do conhecimento científico. Tem a glória de passar a barreira da sua terra e do seu concelho para se destacar no seu país. Tem o reconhecimento de ser um dos portugueses contemporâneos que melhor compreenderam as qualidades intrínsecas do nosso povo, a alma portuguesa. Estou certo que o Município, que já lhe atribuiu as mais importantes distinções honoríficas irá certamente cuidar de que o seu nome não vá ficando esquecido e que a sua obra continue a ser divulgada. Quanto a nós a melhor distinção que lhe podemos atribuir é aceitarmos o desafio de ler os seus livros. Um Homem só morre verdadeiramente quando se deixa de falar dele.



Nestes tempos doentes, de permanente voragem onde quase tudo se nos apresenta tão superficial e fugaz, mergulhar na profundidade da escrita de Pinharanda pode ser uma boa terapia.” -----

Tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes o Senhor Presidente da União de Freguesias de Lageosa da Raia e Forcalhos, José Carlos Nunes, usando da palavra disse: -----

“Em relação à atualidade, muitos têm visto no facebook e pelas redes sociais a questão da água. Nós vemos com preocupação a questão da água na Barragem do Sabugal, mais precisamente na freguesia de Malcata, mas efetivamente só quando nos faltar a água nas torneiras é que nos preocuparemos mais. O Senhor Presidente será a pessoa mais interessada em resolver essa questão e certamente já estará a tratar desse assunto com as devidas entidades. -----

A maior economia na zona da raia é a social que são os Lares e a agricultura, embora este ano nos tenham feito um furo para resolver o problema da água, sugeria a criação de uma albufeira na serra de Aldeia Velha e assim resolveríamos a questão da água para os animais beberem e para as ribeiras terem água. Por gravidade chega a Aldeia Velha, Fóios, Aldeia do Bispo, Lageosa, Forcalhos, Aldeia da Ponte, Rebolosa, Vilar Maior e Aldeia da Ribeira.” -----

Para finalizar a sua intervenção sugeriu ainda, armazenamentos de água com minibarragens e mini albufeiras para armazenar a água da chuva também poderia ser uma das soluções a ter em conta. -----

Após cumprimentar os presentes, o Senhor João Manata usando da palavra disse: -----

Como consequência de anos de política de direita, as estruturas públicas perderam trabalhadores, meios e competências, foram afastadas da gestão de albufeiras, todas concessionadas a entidades privadas ou de direito privado a quem se delegou competências de administração. -----

A CDU tem vindo a denunciar em nos últimos anos agravaram-se problemas decorrentes de transferência de água (com particular ênfase para os empreendimentos espanhóis/Transvases), assim como má gestão ou gestão concentrada na obtenção de lucro nas barragens de produção energética, agravando problemas de poluição e de perda de qualidade da água. Agravaram-se os problemas, sendo que as estruturas públicas perderam capacidade de assegurar a gestão, a planificação e até a monitorização de protocolos internacionais (convenção de Albufeira). -----

No concelho existem potencialidades de aproveitamento hídrico, no entanto, têm surgido protestos das populações devido a falta de abastecimento público. Incompreensivelmente povoações como por exemplo Malcata que, estão ao lado de barragens, têm problemas de abastecimento de água. Não é admissível que esta povoação seja abastecida pelos bombeiros. -----

A autarquia do Sabugal não pode ficar indiferente. Tem que exigir um Plano de Gestão dos recursos hídricos do concelho o que implica: -----



- *Investimento em construção e recuperação de açudes e represas, limpeza de linhas de água;* -----
- *Gestão pública dos caudais e capacidade de armazenamento de água que garanta prioridade para o abastecimento público das povoações do Concelho;* -----

Para a CDU, só com meios do Estado se pode garantir o cumprimento de caudais que preservem o equilíbrio dos ecossistemas e a biodiversidade, a medição da qualidade da água dos rios e albufeiras, a realização de ações de fiscalização e inspetivas regulares que permitam identificar os focos de poluição e de falta de água. É assim necessário reforçar os meios humanos e técnicos das autoridades e entidades com responsabilidades em questões ambientais, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente; a Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do ambiente e do Ordenamento do Território. -- A CDU defende a propriedade pública da água o que passa por combater a pressão para a sua mercantilização, combatendo a entrega da captação e distribuição de águas e saneamento de águas residuais a empresas privadas. A CDU valoriza o papel das autarquias, respeitando as competências municipais em particular no que se refere aos Serviços Urbanos da Água, ao invés do atual processo de chantagem no sentido de agregação de sistemas, enquanto etapa para a sua privatização. ----- Tendo em conta isto o que tenciona a autarquia do Sabugal fazer no sentido da salvaguarda dos recursos hídricos do concelho, o abastecimento de água às populações? -----

Para finalizar a sua intervenção deu os parabéns ao executivo pelas obras do Largo de São João que a seu ver estava muito bonito. -----

Uma vez que a Câmara estava a fazer obras na zona da Igreja, se possível arranjassem as escadas de cimento da igreja de forma a enquadrá-las no espaço. -----

A Ponte de madeira junto ao Sol Rio Côa dever-se-ia tratar para não se deteriorarem mais do que já estão, pois, estas coisas custam dinheiro." -----

Seguiu-se o Senhor João Aristides Duarte, que usou da palavra para, após saudar os presentes, disse: "Em primeiro lugar queria saudar mais uma vez a realização do evento "Muralhas com História" que decorreu em Sortelha, no passado fim de semana. -----

Este ano choveu no sábado, o que impediu a sua concretização, mas no domingo quem foi lá pôde apreciar o que é uma verdadeira animação contínua. Parabéns à Câmara Municipal. Gostaria de perguntar ao sr. Presidente da Câmara se valeu a pena investir 7.500 euros no apoio a uma Associação chamada Badagoneiros para realizar um Festival chamado "Raia Sound Festival", que decorreu em finais de Julho. -----





Segundo o protocolo que se encontra no site da Câmara, esse foi o montante que a Câmara disponibilizou para esse Festival, que diziam iria fazer concorrência ao “Boom Festival” de Idanha-a-Nova. -----

Ora, segundo informações que recolhi e vídeos que visualizei na net, esse Festival foi um fracasso total. Vi vídeos onde não havia mais de 10 pessoas num concerto inenarrável. Eu penso que não basta fundar uma Associação e aparecer na Câmara com um projeto e a Câmara apoia. Terá que haver alguns critérios. Quem está ligado à cultura no concelho sabia à partida que esse Festival iria ser um fracasso. -----

Será que, para o ano, voltará a existir este Festival? É esta a questão que gostaria de ver respondida.”

Tomou a palavra o Senhor **Alcino Lavrador**, que após cumprimentar os presentes e usando da palavra disse: -----

“Tendo em conta que estamos na altura em que se preparam o Plano e Orçamento do próximo ano gostava de deixar aqui um desafio, não apenas ao Senhor Presidente da Câmara e Executivo Camarário, mas também aos Presidentes de Junta e a todos nós que participamos nesta Assembleia. É um desafio para um projeto cultural, não é para obras, mas acho que também precisamos de desenvolvimento cultural no concelho, atraindo pessoas e, sobretudo, neste projeto, honrando o legado que nos foi deixado pelos nossos pais e pelos nossos avós. Estou a referir-me a um projeto de criação de um Museu Etnográfico, que tivesse um núcleo central, mas que depois tivesse extensões em várias freguesias, permitindo contar a história aos nossos filhos e aos netos como era a infância dos nossos bisavós, dos nossos pais e também a nossa. Poderíamos ambicionar a Rota dos Museus dos Sabugal, que atrairia certamente muitos turistas ao nosso concelho. Não poderá ser um projeto megalómano porque é preciso muitos recursos, mas podemos começá-lo.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **Manuel Rasteiro**, tomando a palavra disse prescindir do seu tempo a favor do Senhor **José Ilídio Clemente**. -----

Depois de cumprimentar os presentes, a Senhora **Patrícia Quintalo**, tomando a palavra disse prescindir do seu tempo a favor do Senhor **Alexandre Gonçalves**. -----

Seguiu-se o Senhor **Alexandre Gonçalves** que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes falou dos seguintes assuntos: -----

“Orçamento Participativo -----



Este ano verificou-se um hiato na concretização do Orçamento Participativo. O PS sempre defendeu a existência de tal instrumento para os Sabugalenses poderem ter uma ação interventiva na gestão do território. -----

Não vamos criticar a falta do mesmo para este ano, mas vamos sugerir, em forma de recomendação, que os 50 mil euros que já constam no orçamento, ou seja têm rubrica no orçamento, sejam diluídos nos próximos orçamentos participativos, dando por exemplo a sugestão de nos próximos 5 anos ou 10 anos serem acrescidos 5 ou 10 mil euros nos futuros orçamentos participativos. Deste modo, aumentamos o plafond disponível, reforçando os 50 mil euros que não foram consumidos este ano. De realçar também que a pintura do Mercado não é do Executivo, mas sim do orçamento participativo. -

Ligação “Sabugal-A23” -----

Congratulo-me, em nome do PS, pelo facto de ter já sido publicada, em Diário da República de 13 de agosto, a Resolução da Assembleia da República nº 154/2019, sendo que a mesma recomenda ao próximo Governo de Portugal, que a bem do Sabugal e de Portugal esperemos que seja liderado pelo Dr. António Costa, para que seja incluído no Programa Nacional de Investimento 2030. Várias obras, todas elas consideradas estruturantes vão ser incluídas nesse plano. Congratulo-me, em nome do PS, por uma dessas obras estruturantes se chamar “Ligação Sabugal-A23”. -----

Audição Pública Albufeira do Sabugal -----

Recursos Hídricos do Concelho do Sabugal. Gostava, caríssimo Presidente, que com toda a frontalidade informasse esta Assembleia Municipal da razão pela qual o Executivo de maioria não esteve presente na tão importante Audição Pública “Albufeira do Sabugal - Recursos Hídricos do Concelho do Sabugal”. Trata-se do futuro do magnífico espelho de água que temos. -----

Está a decorrer uma subscrição pública, gostava de saber se a vai subscrever. -----

Projetos de Descontinuidade. -----

Há pouco mais de cinco anos, em 29 de março de 2014, estive presente, a convite da Câmara Municipal do Sabugal e do Centro Local de Aprendizagem do Sabugal (Universidade Aberta), na IV edição da Feira do Livro do Sabugal. Na minha comunicação, “OS LIVROS SÃO O MEU ABRIGO”, abordei o enorme sentimento de pertença que tenho pelo Concelho do Sabugal; as minhas vivências no Sabugal, nomeadamente na Freguesia de Aldeia do Bispo; a Capeia Arraiana; a importância dos livros; a relevância das bibliotecas; a pertinência dos hábitos de leitura e de escrita; o meu percurso literário; o mercado editorial em Portugal; a publicação de livros no nosso País; e a importância de incentivar

“novos” escritores. Lembro-me como se fosse hoje, o Auditório Municipal do Sabugal estava repleto. Foram seguramente momentos marcantes e pigmentados! -----

Os jornais locais, regionais e nacionais faziam eco da iniciativa. A Feira do Livro do Sabugal começava a ter visibilidade no cabimento local, regional e nacional, uma vez que a mesma contemplava atividades de excelência. A IV edição da Feira do Livro, que decorreu entre 22 de março e 6 de abril de 2014, não fugiu à regra. A partir de 2014, a Câmara Municipal do Sabugal perfilhou outras configurações para promover o livro e a leitura. Essas configurações, apesar de legítimas e pertinentes, podiam perfeitamente “coexistir” com a Feira do Livro. Somente os projetos de continuidade conseguem edificar mais valias para os territórios. Será que o compromisso de dar continuidade às boas práticas não deve assumir um papel fundamental para qualquer Município? Será que a política de continuidade não fortalece e amplia os projetos? -----

De realçar também que as mesmas entidades promoveram, durante duas edições e com “nomes” diferentes, o Concurso de Poesia “A Minha Terra Natal” e “As Mãos no Mundo”. A terceira edição já não se realizou. A título de exemplo, e comparativamente, o Município de Manteigas promoveu, em 2019, a vigésima edição do Concurso Literário Dr. João Isabel. -----

A Feira do Livro do Sabugal promovia a importância da leitura, a curiosidade pela leitura e o apreço pelos livros. No entanto, também era possível encontrar na mesma, atividades culturais bastante diversificadas, ou seja, atividades que estavam ligadas à leitura e à escrita, bem como a outras manifestações culturais, como a música, a dança, as artes plásticas e o teatro. Será que a elevada recetividade desta iniciativa não era uma condição mais do que suficiente para que a Câmara Municipal do Sabugal outorgasse continuidade à mesma? Será que as Feiras do Livro, ao promoverem a interação entre a comunidade e o ambiente literário, não assumem grande relevância para a “formação cultural” das populações? Será que as mesmas não proporcionam aos visitantes e aos escritores a disseminação do conhecimento e do encorajamento à leitura? Será que as Feiras Literárias não viabilizam a simbiose entre a leitura e diversas configurações de arte? Será que a arte não é a mais transformadora manifestação do homem? -----

A leitura constitui um dos mecanismos mais relevantes para a dilatação do conhecimento e da inclusão social, proporcionando a edificação e o robustecimento de ideias, representações e atuações. Através da leitura desvendamos enigmas sociais, edificamos cidadãos analistas e observadores, e amputamos as telas da ignorância. Este requisito acaba por ser imprescindível e capital para a prática da cidadania, da verdadeira democracia e da profícua responsabilidade social, uma vez que somente dessa forma o cidadão é “competente” para interpretar o sentido das incomensuráveis dissertações que desfilam na “discussão” social. As Feiras Literárias são importantes para o aumento dos índices de leitura, na medida em que ninguém se converte em leitor estando próximo de uma tela cultural em



que o “livro” esteja mal desenhado ou não exista. As Feiras do Livro, tal como os livros, ajudam-nos a compreender, a amar e a crescer.” -----

O Senhor José Ilídio Clemente depois de cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dizer: ----

“Pergunto-me hoje, à beira de eleições, que destino dar a Portugal. -----

É possível que a tipologia da governação se mantenha. -----

Somos animais de hábitos como todos os animais. -----

Somos pessoas com gostos, sensibilidades e teimosias próprias de quem pensa e defende o que pensa.

Gostamos, por vezes, daquilo que não serve aos outros. -----

Sabemos distinguir o bem do mal, e com isso fazer o que para nós melhor parece. -----

Temos sentimentos, alegrias e desgostos que fazemos questão de manifestar. -----

Por vezes, publicamente. -----

Outras vezes, por acanhamento ou por reserva cuidamos que não transpareça. -----

Pergunto-me hoje, à beira de eleições, que destino dar a Portugal -----

Eis um tema que me volta à cabeça vezes sem conta. -----

Volta à cabeça e revolta-me a cabeça, como se a tivesse ao sabor das ondas em mar agitado. -----

E, pergunto-me, o que é que não fiz para ajudar o meu Portugal? -----

Pergunto-me hoje, à beira de eleições, que destino dar a Portugal. -----

Portugal assiste hoje, agora, a uma bonomia semelhante a uma bonança que corrói a estabilidade social. -----

Vejamos: -----

1. O Governo estabilizou uma inquietude económica, aumentando os salários e criando um bem-estar financeiro que é visível; -----
2. O Governo estabilizou o clima de incerteza no futuro, que a anterior governação levou perto do caos internacional, desacreditou e nos colocou nas bocas do mundo como caloteiros e mendigos; -----
3. O governo criou mecanismos de estabilidade na União Europeia que não tiveram o devido apoio e acompanhamento nos assuntos internos, tais como serviços de saúde, a banca, a justiça e a proteção civil, só para nomear alguns mais relevantes; -----
4. O Governo deu a entender ao mundo que somos um país respeitável e que o turismo cresceu, mas continuamos a importar pelo menos o triplo do que exportamos. Logo o ensino e os meios de produção valem hoje tanto como uma batata três dias depois de cozinhada; -----



5. *O Governo estabeleceu regras de entendimento com a oposição de esquerda, não deixando de ouvir o centro direita, por vezes, mesmo conciliando questões de relevância menor; -----*
6. *O Governo prepara-se para, depois de constituir uma "gerigonça" impossível, se apresentar ao eleitorado na perspetiva de uma maioria que não precisa de acordos, apoios ou concordâncias quaisquer. -----*

E as pessoas, o que vai ser delas? -----

Por isso pergunto-me, à beira de eleições, que destino dar a Portugal. -----

Por mais que pense e medite, vêem-me sempre ao pensamento aqueles que: -----

- *não sabem o que fazer à vida, pelo infortúnio, pelo acaso ou simplesmente por terem nascido na época errada. -----*
- *não podem ter aspirações no futuro por falta de oportunidade, por estarem no "barco errado", por não terem cuidado atempadamente. -----*
- *não querem encontrar-se no projeto político em que têm vivido, aspirando a um amanhã que ainda não nasceu. -----*

Em suma, os deserdados da sorte, que no cômputo geral, são a esmagadora maioria dos portugueses, para quem dirijo neste momento os meus pensamentos, preocupações, carinho e orações. -----

Esses seres humanos que devemos estimar acima de tudo e todos, ou seja, as pessoas. -----

Não pretendo descurar nem o meio ambiente nem os outros seres que nele habitam e que pela sua azáfama cuidam da nossa subsistência. Vivemos num planeta e até ver, temos apenas uma vida para nos fazer felizes. -----

Por isso volto a questionar-me: -----

Que é que não fiz para ajudar o meu Portugal? -----

E, medito sobre as palavras do sociólogo Mário Bacelar Begonha. -----

«Vivo inserido numa sociedade civil, onde a política sem valores e princípios corrói a democracia que, no ocidente, ainda é julgado o melhor sistema e, por isso, e contra isso, é que a sociedade civil deve atuar para promover o bem comum. -----

Sem educação, não há democracia possível, só ditadura! -----

Sem educação não pode haver desenvolvimento humano. -----

O Imobilismo social é favorável a todos aqueles que não tendo "valor", querem "abafar" a "maioria silenciosa". -----





Uma sociedade dinâmica é aquela que vive em permanente sobressalto social à procura dos melhores para dirigirem o país. Esta preocupação, que é verdadeiramente democrática, não é uma prática desta nossa "democracia". -----

Precisamos urgentemente de uma sociedade civil que tome conta do país e que se afirme como nação, em nome da qual tem toda a legitimidade para trabalhar em prol do bem comum. -----

Assim, apelo com ardor às vossas consciências, agora que Portugal continua a arder, que no próximo ato eleitoral, não esqueçam os pobres, os necessitados e os carenciados. Não esqueçam o vosso dever cívico. Vão, para ajudar aqueles que mais necessitam de vós, os pequeninos. Não apareçam no dia das eleições para que vos vejam. -----

Vão, mostrem a vossa educação, mas votem! Sem medo, em quem mais precisa! As pessoas." -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

Após cumprimentar os presentes, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões levantadas. -----

Em relação ao assunto das instalações dos Membros na Assembleia abordado pelo Senhor António Gata, o Senhor Presidente da Câmara recordou que as sessões da Assembleia Municipal já se realizaram no Salão Nobre da Câmara Municipal, na altura eram 81 membros e na presente data são apenas 61 membros. No seu entender o Salão Nobre não dispunha de melhores condições do que o Auditório, mas tendo sido levantada essa questão iria falar sobre o assunto com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Proseguiu, respondendo relativamente ao orçamento participativo ao Senhor Joaquim Brázia e Senhor Alexandre Gonçalves, o seguinte «No orçamento participativo pretende-se que as pessoas concorram com ideias e depois a Câmara poderá desenvolver essa ideia, executando o projeto e custeando as suas despesas. Aproveito para transmitir que este ano fizemos uma paragem, para repensar porque a forma como estava a ser desenvolvido o Orçamento Participativo e todo o procedimento desde as votações até à decisão final, entendemos não ser o mais correto. Alguns projetos que ganharam não tinham sequer viabilidade financeira para serem executados. O muro do mercado Municipal foi dos projetos de sucesso cuja ideia ganhou e a Câmara conseguiu desenvolver e concretizar o projeto de



*acordo com a ideia candidatada. Aproveito aqui a oportunidade para recordar que a escola do Sabugal também tem um mural pintado pelos miúdos que também por isso tem o seu mérito. -----
A “street art” é uma excelente forma de manifestação cultural e desde que bebendo nas identidades locais e/ou promovam os nossos lugares são sempre meritórias!» -----*

Em relação à questão levantada pelo Senhor José Galhano sobre as Capeias, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que em relação a esse assunto, estava completamente sossegado, pelo menos na questão veterinária, uma vez que que *“há cerca de três anos implementámos um programa com normas de apoio às organizações das capeias, quer em termos de bombeiros quer em termos de veterinários municipais, de licenciamento e agilização de processos, e penso que as coisas têm corrido melhor. Existe a obrigatoriedade de estar presente por parte do funcionário destacado para as capeias, cuja data consta do calendário, todos sabemos as datas da realização das capeias. Agradeço essa nota que desconhecia a ausência dos funcionários destacados. -----*

Relativamente à limpeza de bermas e valetas a Câmara Municipal transferiu essa competência para as Juntas de Freguesias, através dos acordos de execução, tendo sido transferidas as verbas para execução desse trabalho incluindo o reforço de verba também já foi transferido. Mas iria verificar melhor junto das freguesias.” -----

No que toca à intervenção do Senhor Joaquim Brázia, o Senhor Presidente da Câmara disse que o projeto da entrada sul do Sabugal estava a ser ultimado. Estavam a ser concertados os projetos quer da Praia Fluvial quer o da entrada sul do Sabugal, uma vez que os mesmos vão ser candidatados e estrategicamente são necessárias todas as cautelas, para não cometer erros que inviabilizem qualquer candidatura. Aproveitou ainda para informar que o projeto da entrada Sul do Sabugal contemplava três setores, um desde a Ponte D. Dinis até ao cruzamento de Sortelha, outro para a estrada nacional e outro para a estrada de Sortelha. São três setores diferentes e cada um deles tem a sua complexidade e abordagem diferenciada. -----

Em resposta à intervenção do Senhor João Aristides sobre o Raia Sound Festival e o apoio da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara referiu que *“já houve efetivamente várias tentativas de implementar um festival de verão, que pudesse aproveitar a mobilização e hábitos de outros festivais de música alternativa na região. Nenhum deles conseguiu, no meu entender, atingir os objetivos. À semelhança do Rock In Raia e o Iberfolk, este festival também não teve o êxito esperado. De qualquer forma em uns e outros nunca houve um investimento municipal desproporcionado. -----*



“Em resposta à intervenção feita pelo Senhor Alcino Lavrador, sobre a criação do Museu Etnográfico, o Senhor Presidente da Câmara disse: *“Temos alguns polos quer de particulares quer de outros liderados por associações locais. Temos corrido atrás de um projeto identitário, em torno das problemáticas essencialmente dos êxodos populacionais do século XX, por exemplo a emigração, a I Guerra Mundial, entre outros. É evidente que gostaria de ver efetivado um projeto que trabalhasse essas temáticas, particularmente os fluxos migratórios. Sabemos também que há muitas pessoas e famílias que se querem desfazer de artefactos que podem ser importantes para esse espólio. Os que estão identificados, em termos turísticos vamos referindo, como é o caso do Museu de Aldeia da Ponte.”* -----

Em relação à intervenção do Senhor Alexandre Gonçalves, sobre a Feira do Livro, o Senhor Presidente da Câmara transmitiu o seguinte: -----

“A Feira do Livro era organizada pela Empresa Sabugal+. Tem sido feito com outros formatos e com outras iniciativas. Estamos numa fase central de desenvolvimento do projeto de combate ao insucesso escolar e poderemos ver se este projeto pode ser integrado e reganhar raízes! -----

Relativamente aos Recursos Hídricos, questão levantada por vários Membros da Assembleia, O Senhor Presidente da Câmara, disse: *“É evidente que este período de seca prolongada, e tendo este concelho uma atividade pecuária enorme (treze mil cabeças de bovino e dezanove mil de pequenos ruminantes), desde o ano transato que começaram a reativar captações existentes no concelho o que foi uma grande ajuda para os agricultores e produtores pecuários. Vamos continuara a fazê-lo. Essa preocupação culminou na aprovação de um documento simples aprovado em reunião de câmara em que, não querendo falar daquilo que desconhecíamos, porque efetivamente a Câmara Municipal de Sabugal nunca participou na gestão da Barragem do Sabugal, questionámos a Direção Geral da Agricultura, que é a proprietária da Barragem e da água. Criámos também um documento orientador e de enquadramento para abordar estas questões com as várias entidades, sempre obviamente sujeito a melhorias e contributos sérios e equilibrados. Em setembro tivemos ainda a oportunidade de aprovar mais uma nota de intervenções e o Presidente da Câmara, naturalmente com o Senhor Ministro do Ambiente esteve em Malcata foi colocando a questão da dificuldade e o que estava a acontecer, bem como foi colocada a questão à Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral e Regional da Agricultura, portanto com todos os Ministérios e Entidades temos tido essa abordagem no sentido de demonstrar que as regras definidas não são as melhores para o nosso Concelho e por isso é preciso reverter. Conseguimos que eles se focassem neste problema. Todas as mensagens de particulares, associações e grupos políticos tiveram importância para dar visibilidade a esta debilidade do*



território. A forma de abordagem foi sempre definida pelo Executivo e nunca fomos convidados para qualquer outra participação. Desagradado com coisas que me iam comunicando, que o Presidente da Câmara era o responsável máximo por não chover e pela falta de água na Barragem. O Presidente da Câmara perante o convite para participar numa audição que mais não seria do que um julgamento da ação municipal, preferi para não prejudicar o debate não estar presente, mas obviamente atento ao que de interessante pudesse ser referido. Em todo o caso, agenda fora do Concelho em compromissos anteriormente assumidos, conjugado com a minha forma discreta de tratar assuntos que merecem um trato fora da praça pública, onde normalmente nada se decide, apenas se confunde, contribuíram cumulativamente para a “não presença”. -----

Importante é que todos trabalhem de boa fé, porque na verdade, quando o verão aperta, a água escasseia, a sul pedem cada vez mais, a norte, no nosso Concelho, sentimo-nos injustiçados e devemos tentar influenciar o rumo das coisas, tentando recuperar compensações, que em devido tempo não se negociaram” -----

De seguida entregou ao Senhor Presidente da Assembleia o Documento Orientador da ação da Presidência da Câmara sobre este assunto. -----

Findas as intervenções por parte do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia tomando a palavra disse: *“dada a preocupação existente sobre a falta de água no Sabugal, matéria referida em várias intervenções dos Membros da Assembleia, a Moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Malcata, e após ter sido entregue pelo Senhor Presidente da Câmara o Plano da Ação e intervenção da Câmara, sugeria a realização de uma Sessão Extraordinária apenas dedicada a esta temática. Não acredito em Moções, porque estas são apenas uma versão fácil de demonstrar descontentamento, mas não produz os efeitos que pretendem. Se o problema é de todos a solução também deverá ser equacionada por todos em conjunto.”* -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que tomando a palavra disse: *“Veja o problema muito mais além do que Malcata, e uma Assembleia Extraordinária a marcar-se com esta temática, terá de debater o território concelhio, e os problemas levantados por alguns membros desta Assembleia, nomeadamente a gestão da Barragem de Alfaiates. Um Plano Municipal de intervenção e gestão dos recursos hídricos, o projeto de infraestruturação da Barragem do Sabugal, que necessita de água na Barragem para ser implementado com algum sucesso, etc.---- Das negociações e reuniões já realizadas, e em breve iremos ter mais uma reunião onde estará também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malcata, relativamente a esta matéria, dar-vos duas notas que me foram dadas sobre esta matéria:* -----



1. *Vamos entrar num processo de novas concessões e a água da Barragem na Cova da Beira vai ter de ser gerida de forma diferente;* -----

2. *A Câmara do Sabugal vai participar nessa gestão.* -----

Estas foram as notas dadas no decurso das reuniões que já se realizaram.” -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para informar que iria promover a marcação de uma Assembleia Extraordinária e daria conhecimento aos Membros da Assembleia com antecedência, ainda que se reserve a natureza da Assembleia para debate desta temática de âmbito concelhio. Para a sua realização era necessário articular com o Senhor Presidente da Câmara qual a melhor forma e estratégia para a sua realização por forma à mesma ser produtiva. Muito do que foi abordado tem de ser negociado com outras entidades, mas há muito coisa que podemos fazer por nós.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS; -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. Começou por dizer que a Câmara Municipal, em Reunião de 04/09/2019, tinha deliberado, por unanimidade, e em conformidade com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 19.º conjugado com o artigo 20.º da Lei das Finanças Locais, prescindir da participação no IRS (até 5 %, que correspondia a uma receita de cerca de 249.105,00 €) para o ano de 2020. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabas, que após cumprimentar os presentes, disse: *“penso que foi em 2012 que o Município do Sabugal passou a dotar este benefício. O ano passado votei a favor, mas, sendo um benefício que é atribuído em termos relativos de forma igual para todos, em termos absolutos vai beneficiar aqueles que mais ganham, ou seja, aqueles que menos precisam. Nós somos um Município em que o rendimento médio é bastante mais baixo do que a média nacional, o que significa que a generalidade dos Sabugalenses ganha o ordenado mínimo, ou seja, o benefício que obtém daqui é praticamente nulo. Penso que poderia ser mais benéfico para o concelho pensar em alternativas, ou seja, converter uma parte desta verba, à semelhança de outros*





Municípios, em medidas de apoios sociais, apoio ao emprego e à economia. No fundo medidas de promovessem uma maior sustentabilidade no nosso território. -----

Fiz uma pesquisa e este ano foram 24 os Municípios que atribuíram este benefício na sua totalidade. A título de exemplo, Lisboa atribuiu um benefício de 2,5%. Estes benefícios fiscais são importantes para o interior, mas penso que deveriam ser atribuídos pelo poder central, e nós estarmos a abdicar do pouco dinheiro que nos dão e fazer uma distribuição que na minha opinião não é justa, acho que deveria ser equacionado.” -----

O Senhor **Francisco Manso** depois de cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dizer: -----
“Se falamos em benefícios que possamos ter para as gentes da região, as tais zonas desfavorecidas, onde se ganha menos, se queremos fixar, se queremos arranjar algum meio que de alguma forma possa captar as pessoas, seduzi-las, de facto tem de haver algum benefício. Se há benefício num subsídio de transporte em Lisboa ou no Porto, também deveria haver aqui para a lenha ou aquecimento. Claro que o açude também seria um benefício, só que o açude também beneficiaria mais algumas terras que outras e por essa razão nunca tínhamos nada. Se o pouco que podemos ter, e eu não benefício, mas se calhar até poderia beneficiar e poderia ser mais um residente. Vou votar a favor e acho que deveria haver mais medidas desta forma.” -----

O Senhor **António Gata**, usando da palavra disse: *“Já defendi que este valor deveria ser utilizado para quem necessitasse mais dele. Reconheço que tenho benefício, mas também acho que é uma forma que temos, das poucas, de segurar cá algumas pessoas. Há gente que só cá vive porque gosta de cá viver. Tirarmos benefícios que agora nos podem ajudar a fixar cá mais pessoas, acho mal.” -----*

O Senhor **Presidente da Assembleia** disse: *“antes de passarmos à votação os Membros desta Assembleia devem ter noção que está em causa uma faculdade que tem de ser deliberada pela Assembleia e não pelo Executivo, de perante uma verba de 5% que é atribuída diretamente às autarquias, de poder fazer uma análise desse bolo. Desde que esta Assembleia delibera nesse sentido, desde 2012, rondara o valor de cerca de dois milhões de euros. Trata-se de uma faculdade posta a esta Assembleia, de perante este valor de 249,105,00 €, que não sabemos para quem vai, de poder não atribuir o valor por inteiro. Como é evidente, se é dada a faculdade de poder pegar neste valor e poder reafectá-lo de uma maneira diferente, a lei dá essa faculdade e depois a câmara terá de executar. A questão que aqui se se levanta é se a Assembleia, perante o interesse coletivo, eu preferia dar um sinal aos nossos eleitores que quando se coloca o interesse do concelho em causa, a Assembleia não decide em seu bem, e é isso que me preocupa e por isso sou defensor de um modelo misto. Atribuir uma*



percentagem de 3% para os munícipes e afetar a algumas áreas que não têm orçamento, como o empreendedorismo, inovação, os restantes 2%. É evidente que cada um fica satisfeito por receber a sua parte, não está isso em causa porque é um direito. Mas acho que esta Assembleia dava um bom sinal se o redistribuísse. A redistribuição não é para os mais necessitados, tal como o Presidente da Junta de Freguesia do Soito disse e muito bem.” -----

A Senhora Marisa Martins que, depois de cumprimentar os presentes, disse: “fiquei um bocado confusa, porque para mim esta é uma medida que beneficia todos os habitantes do concelho e nós estamos aqui enquanto Assembleia para defender os interesses do concelho, mas também dos seus habitantes. É verdade que pode beneficiar pessoas que não precisam, mas também beneficiará pessoas que precisam. Em relação ao Tiago fiquei confusa, porque se somos um concelho que tem rendimentos baixos, a maioria das pessoas beneficiará pouco mas é a maioria das pessoas que beneficia alguma coisa e sendo assim há poucas pessoas a beneficiar muito.” -----

Em resposta à intervenção feita, o Senhor Presidente da Assembleia disse que tudo o que a Assembleia delibera, seja uma medida direta ou indireta é sempre no interesse do Sabugal. -----

Não havendo inscrições para este ponto, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi este assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal, face à informação n.º 3515, datada de 14-08-2019, referente à participação variável no IRS, deliberou, por maioria, com 4 votos contra e 3 abstenções, prescindir da participação de IRS (até 5%) para o ano de 2020. -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM A APLICAR PARA O ANO DE 2020, NOS TERMOS DO ART.º 106.º DA LEI N.º 5/2004 DE 10 DE FEVEREIRO “LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS”, ALTERADA PELO DECRETO – LEI N.º 92/2017, DE 31 DE JULHO; -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. Assim, disse tratar-se de uma taxa municipal de direitos de passagem a aplicar para o ano de 2020 (nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro “Lei das Comunicações Eletrónicas”, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho) sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que ofereciam redes de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do Município, no montante máximo de 0,25 %. Como os operadores, posteriormente, a fariam refletir no consumidor final, a Câmara tem vindo a deliberar que a taxa seja de 0 %. -----



Não tendo havido inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a **Assembleia Municipal**, face à informação n.º 3524, datada de 16-08-2019, referente à **Taxa Municipal de Direito de Passagem** a aplicar para o ano de 2020, nos termos do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro “Lei das Comunicações Eletrónicas”, alterada pelo Decreto – Lei n.º 92/2017, de 31 de julho, deliberado, por maioria, com 1 abstenção de Carina Fernandes, manter a taxa em vigor de 0%, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2020;

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019 E DA 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. *“Há uma revisão quando há uma introdução de dinheiro e de projetos. Esta revisão pretende acautelar situações de cabimentação e compromisso com a obra que a Câmara vai executar no Largo da Fonte que ronda cerca de um milhão de euros. Aproveitando o facto de estar atrasada uma vez que apenas na última reunião de câmara é que foi aprovado o projeto, caderno de encargos bem como todos os documentos necessários para o lançamento do concurso, era necessário fazer uma redistribuição dos valores desse projeto para o ano de 2020. -----*

Aproveitámos ainda para relativamente a outros projetos que estão em atraso, nomeadamente o castelo de Alfaiates e uma candidatura de património natural, que por não serem executadas em 2019 e não querendo colocar a sua não execução neste ano, retirámos esses valores para o ano de 2020.

O documento foi distribuído, é um documento técnico, com as notas que vos acabei de referir.” -----

Após apresentação dos documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, pelo senhor **Presidente da Assembleia** foram os documentos colocados a votação, pela seguinte ordem: -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

Deliberação: A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, com 3 abstenções dos Senhores João Manata, João Aristides e Alcino Lavrador, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento para 2019. -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022 -----



Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções dos Senhores João Manata, João Aristides e Alcino Lavrador, aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019-2022. -----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO APOIO AUXILIAR ÀS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA; -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse tratar-se de um Contrato Interadministrativo de delegação de competências, a celebrar com a União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, Junta de Freguesia de Aldeia Velha, Junta de Freguesia de Bendada, Junta de Freguesia de Cerdeira, Junta de Freguesia de Soito e a União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas para Apoio Auxiliar nas Escolas do 1.º CEB do Concelho do Sabugal e despesas inerentes, no ano letivo que agora iniciava. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira, Filipe Mendes, que após cumprimentar todos os presentes disse: *“primeiro quero informar toda a gente que a Cerdeira tem escola de 1.º ciclo e nunca deixou de ter.* -----

Em segundo lugar, e sobre o Contrato Interadministrativo sugerir a possibilidade de aquando da celebração do contrato a verba ser transferida na sua totalidade à Junta de Freguesia, uma vez que, após o contrato ser assinado, a Junta de Freguesia passa a ser a principal responsável pela tarefa e pelo funcionamento da escola.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, em resposta à questão colocada sobre a transferência da verba do contrato disse que iria aferir junto dos serviços se era possível a transferência da totalidade do valor do contrato. -----

Não tendo havido inscrições para intervir, o senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal, deliberado, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Minuta



de Contrato Interadministrativo de delegação de competências, com a União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, a Junta de Freguesia de Aldeia Velha, a Junta de Freguesia de Bendada, a Junta de Freguesia de Cerdeira, a Junta de Freguesia do Soito e a União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, para Apoio Auxílliar nas EB1 do Concelho do Sabugal e despesas inerentes – ano letivo 2019/2020. -----

PONTO 5 - DISTINÇÕES HONORÍFICAS; -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por novamente apelar às Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia para, no âmbito do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município do Sabugal, apresentarem propostas para que a Câmara Municipal as sinalize e referencie no dia 10 de novembro. Na ausência de propostas por parte das Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, a Câmara colocava duas propostas à consideração da Assembleia e que tinham sido aprovadas em reunião de câmara, por unanimidade. ---

Após a apresentação do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Fernanda Esteves, que depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para dizer: *“não queria deixar passar este ponto sem acrescentar ou complementar a proposta apresentada sobre a atribuição da medalha de mérito cultural, em particular ao João.* -----

Para quem não o conhece tão bem como eu e os habitantes de Sortelha, o João é pedreiro, ator, encenador, dirigente associativo, é um amigo, muito amigo de ajudar. É uma pessoa presente, quer na freguesia onde reside quer no concelho e já deu muitas provas disto. Está sempre disponível para ajudar. Tudo o que faz é a pensar no bem do próximo, na promoção e divulgação das nossas terras, não só de Sortelha, mas também do Sabugal e da região, ele faz aquilo que é preciso e muito mais. Faz-nos muita falta termos mais pessoas como o João. Por isso tudo penso que o João é sem dúvida merecedor deste reconhecimento público e peço que a votação seja a favor.” -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira, Filipe Mendes, disse: *“apenas para complementar o que a Fernanda disse. Tive o privilégio e a honra de trabalhar com o João durante um ano e alguns meses. Tem feito um trabalho muito bom para não dizer incrível com jovens aqui do*



concelho para fazer recriações históricas e peças de teatro. Além de Sortelha, realmente ele sempre se disponibilizou para fazer recriações em outras freguesias do Concelho. Acho que é mais do que merecido. -----

Senhor João Manata, disse: *“congratulo-me por a Câmara se ter lembrado destas duas pessoas. O Alcínio é um excelente pintor, quanto ao João Paulo Reis, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha disse quase tudo apenas se esqueceu que ele também é escultor. São dois homens bons e merecem ser homenageados pelo concelho.* -----

Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, António Cunha, que depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para dizer que concordava plenamente com as duas distinções propostas. Iria falar mais do Senhor João Reis porque o conhecia melhor, pois trabalhara em dois eventos próximo dele e *“acho que é uma pessoa extraordinária. Tenho acompanhado o percurso dele no concelho e quero deixar um agradecimento público ao Senhor João Reis por tudo o que fez em Vilar Maior, em dois eventos da Paixão de Cristo, que ele juntamente com a sua equipa conseguiu levar cerca de mil e quinhentas a duas mil pessoas no segundo evento realizado. Parabéns. Obrigado Senhor João, por tudo o que tem feito.* -----

De seguida e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a votação se processaria por escrutínio secreto, em cumprimento do disposto no artigo 8º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município do Sabugal. A Assembleia Municipal deliberou, através de escrutínio secreto, aprovar a atribuição das seguintes distinções honoríficas: ---

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, através de escrutínio secreto, aprovar a atribuição da seguinte distinção honorífica: -----

✚ **Medalha de Mérito Cultural do Município do Sabugal a:** -----

- Senhor Alcínio Fernandes Vicente: -----

Votos a favor: 58 -----

Votos contra: 02 -----

- Senhor João Paulo Cruz Reis: -----



Votos a favor: 59 -----

Votos contra: 01 -----

PONTO 6 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A TOMADA DE DECISÃO RELATIVA À DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, VERTIDAS NOS SEGUINTE DIPLOMAS: -----

Estando todos os pontos a discutir relacionados com a transferência de competências e, devido à especificidade do tema, bem como a importância do mesmo, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer o enquadramento do assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomando a palavra disse: -----

“É importante fazer uma abordagem geral dos diplomas apresentados. O 6.3 e o 6.6 contrariamente ao que aconteceu aquando das deliberações tomadas na sessão de janeiro, há vontade por parte da CIM em aceitar estas competências, pelo que a Assembleia Municipal não se deve pronunciar sobre as mesmas para a CIM poder aceitar a transferência de competências, uma vez que se um dos Municípios recusar a transferência de competências implica que a CIM já não poderá aceitar essas competências.” -----

Para o efeito e para um melhor esclarecimento deste ponto, transcreve-se a proposta apresentada e distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal: -----

“No dia 17 de agosto de 2018 entrou em vigor a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; -----

Pese embora tenha por objeto "quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais", esta Lei remete para diplomas legais de âmbito sectorial a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa, que nos obrigam a uma atitude reflexiva e um conhecimento pleno das matérias em causa, bem como medir as repercussões internas no Município do Sabugal, com as necessárias correções, ajustes e preparação do quadro de pessoal, para além da antecipação do impactos financeiros decorrentes da aceitação das competências. -----



O Decreto lei atrás referido estabelecia como prazo limite para pronuncia sobre a não aceitação das competências para o ano de 2020, 30 de junho de 2019, data que veio a ser alterada para 30 de setembro de 2019 através do Artigo 92º (concretização gradual da descentralização de competências), do Decreto Lei nº 84/2019, de 28 de junho, diploma que altera as normas de execução do Orçamento de Estado para 2019 e que se transcreve: -----

“Nos casos previstos na alínea b) n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o procedimento referido na alínea a) do mesmo número pode ocorrer até 30 de setembro de 2019.” ----

Tendo em conta a manutenção dos pressupostos referidos nas propostas aprovadas nas reuniões de Câmara Municipal de 23-01-2019 e 20-02-2019 e apresentadas na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25-01-2019 e Sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28-02-2019. ---

Proponho: -----

1) **Aceitar as competências para as Autarquias Locais vertidas nos diplomas seguintes:** -----

- **Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – Domínio: Proteção Civil e Apoio às Equipas de Intervenção Permanente;** -----

- **Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Domínio: Gestão do Património Imobiliário Público;**

E proponho ainda: -----

2) **Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do nº1, do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º do DL 84/2019 de 28 de junho (decreto lei de execução do Orçamento de Estado para 2019), a comunicação, referente à competência cujo diploma setorial assim o prevê, pode ocorrer até 30/09/2019, propor à Assembleia Municipal que delibere que o Município do Sabugal não pretende exercer, no ano de 2020, as competências previstas na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente as seguintes:** -----

a) **Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro – Domínio: Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres;** -----



b) Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro – Domínio: Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos; -----

c) Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro – Domínio: Transportes e Vias de Comunicação; --

d) Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro – Domínio: Justiça; -----

e) Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro – Domínio: Estruturas de Atendimento ao cidadão;

f) Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro – Domínio: Habitação; -----

g) Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro – Domínio: Estacionamento Público. -----

h) Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Educação; -----

i) Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Cultura; -----

j) Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Saúde; -----

k) Decreto – Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto - Define o modelo de cogestão das áreas protegidas. -

3) Relativamente à relação com as Juntas de Freguesia, e da entrada em vigor do Decreto Lei n.º 57/2018, que concretiza as transferências do Município do Sabugal e sendo do nosso conhecimento que a maioria das Freguesias/ União de Freguesias deliberaram através dos seus órgãos a rejeição da aceitação de transferência de competências do Município para 2020, tendo por base: que os acordos de execução em vigor traduzem uma boa prática de Colaboração entre o Município e as respetivas Freguesias/União de Freguesias, se devem manter; a necessidade de estudar, enquadrar e avaliar a transferência das novas competências, que vão além dos acordos de execução em vigor; a vontade manifestada pelo Município do Sabugal em criar uma grupo de trabalho conjunto com as Freguesias/União de Freguesias, com vista à otimização da relação entre as autarquias com vista ao bom desempenho do serviço público. -----





Proponho que o Município não aceite qualquer transferência para as Freguesias/União de Freguesias para o ano de 2020 e que proceda a comunicação à DGAL. -----

4) Estas tomadas de posição não colocam em causa a disponibilidade do Município do Sabugal na cooperação e bom relacionamento com os serviços da administração central, o dever de colaboração nas várias matérias, sempre numa lógica de melhor, mais eficiente e célere serviço às populações, às empresas e ao território, bem como o aprofundamento dos vários protocolos já existentes, nomeadamente na gestão da Colónia Agrícola de Martim Rei, no Gabinete de Apoio ao Emigrante, Gabinete Florestal, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, etc. -----

Pela relevante importância que o executivo atribui às competências do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro (Domínio: Transportes e Vias de Comunicação); Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro (Domínio: Estruturas de Atendimento ao cidadão); Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Domínio: Educação); Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Domínio: Cultura) e Decreto – Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto – (Define o modelo de cogestão das áreas protegidas), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprofundar e clarificar a abrangência destas competências de forma a adequar a estrutura interna e o mais rapidamente possível aceitar as competências. -----

Que delibere comunicar a deliberação que vier a ser tomada pela Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais.” -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que começou por referir que sempre que a Câmara aceita uma das competências vertidas nos diplomas, na verdade, a Assembleia Municipal não precisava de deliberar sobre o assunto. A Assembleia Municipal apenas delibera nos casos em que a Câmara Municipal não pretende aceitar a transferência da competência. -----

De seguida, e na sequência de inscrição, deu a palavra a: -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira, Filipe Mendes, que usando da palavra disse: “o meu sentido de voto será o da não aceitação. Nós podemos rejeitar a transferência destas competências em 2019 e 2020, no entanto em 2021 seremos obrigados a aceitar. Por isso pergunto se o Município do Sabugal já tem alguma ideia dos valores que estão implicados nas diversas competências. E se existe alguma possibilidade de negociar os valores de cada competência com o poder central e as autarquias e posteriormente entre as Juntas de Freguesia e o Município.” -----



De seguida, tomou a palavra o Senhor **Joaquim Brázia** para dizer que: *“depois das discussões que tem havido à volta da transferência de competências, na votação em certas competências absteve-me porque se nós vamos ser obrigados em 2021 a aceitar todas as competências, e tendo falado há bocado dos problemas existentes com a água no nosso concelho, poderíamos pensar em aceitar a transferências de competências de praias, rios e barragens. É um pensamento que quero deixar aqui. Se temos a possibilidade de neste momento podermos mandar em determinadas situações que estivemos aqui a reclamar nesta assembleia (transvases da água para outros sítios que não a nossa zona).”* -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tecer os esclarecimentos necessários às dúvidas apresentadas: -----

“Há aqui algumas transferências de competências que nem sequer implicam transferência de dinheiro. Quando se fala de praias fluviais e zonas lacustres tem mais a ver com a transferência de gestão dos organismos centrais para a câmara ao nível de processos de licenciamento e dos equipamentos. ----- Aproveito a oportunidade, e não sei se se aperceberam, mas há aqui uma competência que foi retirada, a Saúde Animal e produtos agroalimentares, porque a Ordem dos veterinários fez pressão junto do governo e conseguiu que a transferência fosse anulada.

A questão da Educação foi-nos apresentado um mapa excel no qual se apontava como necessários cerca de novecentos mil euros para a escola, excluindo o vencimento dos professores. Apenas nos transferem vinte mil euros para manutenção anual. E primeiro tenho que perceber se este valor chega antes de aceitar a competência.” -----

O processo de aceitação da competência habilita logo que se inicie a negociação. ----- A Câmara vai aceitar a competência dos edificios e, estamos interessados em ficar com a casa dos magistrados o que nos permitiria ter um arquivo municipal em condições. Para que haja um contrato de comodato entre o Estado e a Câmara relativamente àquele edificio temos que dizer para que é que o queremos e o que vamos fazer lá e como o vamos fazer, mas depois as obras são da responsabilidade da Câmara, não será transferido qualquer valor para a sua realização.” -----

Usou da palavra a Senhora **Marisa Martins** para pedir que o Senhor Presidente da Câmara informe quais as competências que a Câmara vai aceitar. -----

Após ter sido concedida a palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara iria aceitar as competências previstas no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – Domínio:

Proteção Civil e Apoio às Equipas de Intervenção Permanente e no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Domínio: Gestão do Património Imobiliário Público. -----

Não havendo mais inscrições, e face à proposta aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal em reunião de câmara realizada no dia 18-09-2019, relativamente à **transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** com a consequente publicação de decretos leis setoriais, a Assembleia Municipal: -----

Tomou conhecimento que o Município do Sabugal, em reunião de câmara realizada no dia 18-09-2019, deliberou, por unanimidade, aceitar as competências para as Autarquias Locais vertidas no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – Domínio: Proteção Civil e Apoio às Equipas de Intervenção Permanente e no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Domínio: Gestão do Património Imobiliário Público; -----

E deliberou: -----

6.1 Por maioria, com cinquenta e dois votos contra, uma abstenção e dois votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro – Domínio: Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres**, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.2 Por maioria, com cinquenta e dois votos contra, uma abstenção e dois votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro – Domínio: Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos**, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.3 Foi retirada da Ordem do Dia a discussão e votação da **transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 99/2018, de 27 de novembro – Domínio: a promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo**; -----

6.4 Por maioria, com cinquenta e três votos contra e dois votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro**



– Domínio: Transportes e Vias de Comunicação, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.5 Por maioria, com cinquenta e três votos contra, e dois votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro** – Domínio: Justiça, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.6 Foi retirada da Ordem do Dia a discussão e votação da **transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro** – Domínio: Projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento; -----

6.7 Por maioria, com cinquenta e três votos contra e 2 votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro** – Domínio: Estruturas de Atendimento ao cidadão, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.8 Por maioria, com cinquenta e dois votos contra, 1 abstenção e dois votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro** – Domínio: Habitação, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.9 Por maioria, com cinquenta e dois votos contra, 1 abstenção e 2 votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro** – Domínio: Estacionamento Público, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.10 Por maioria, com cinquenta e três votos contra e 2 votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** – Domínio: Educação, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.11 Por maioria, com cinquenta e três votos contra e 2 votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro** –





Domínio: Cultura, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.12 Por maioria, com cinquenta e três votos contra e 2 votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro** – Domínio: Saúde, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

6.13 Por maioria, com cinquenta e três votos contra e 2 votos a favor, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2020, discriminada no Decreto – Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto** - Define o modelo de cogestão das áreas protegidas, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais; -----

Relativamente à relação com as Juntas de Freguesia, e da entrada em vigor do Decreto Lei nº 57/2018, que concretiza as transferências do Município do Sabugal e sendo do nosso conhecimento que a maioria das Freguesias/ União de Freguesias deliberaram através dos seus órgãos a rejeição da aceitação de transferência de competências do Município para 2020, tendo por base: que os acordos de execução em vigor traduzem uma boa prática de Colaboração entre o Município e as respetivas Freguesias/União de Freguesias, se devem manter; a necessidade de estudar, enquadrar e avaliar a transferência das novas competências, que vão além dos acordos de execução em vigor; a vontade manifestada pelo Município do Sabugal em criar um grupo de trabalho conjunto com as Freguesias/União de Freguesias, com vista à otimização da relação entre as autarquias com vista ao bom desempenho do serviço público. -----

A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da não aceitação de qualquer transferência para as Freguesias/União de Freguesias para o ano de 2020. -----

Pelo Senhor **Alexandre Gonçalves**, foi feita a seguinte **declaração de voto**: *“Quero deixar bem claro que voto favoravelmente à transferência de competências para o Município, pois considero-as importantes para o território e este processo é irreversível e inadiável, tendo em conta que em 2021, com aceitação ou não, a transferência de competências será automática, sendo assim uma realidade. Abordei esta matéria na Assembleia Municipal de Janeiro de 2019.”* -----

PONTO 7 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----



O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer questionar se alguém pretendia intervir em relação a algum ponto da atividade municipal. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se, de entre os munícipes presentes, algum pretendia intervir. -----

Tomando a palavra, o Senhor José Alves Escada cumprimentou os presentes e disse: -----

“Em primeiro quero agradecer solicitar uma correção à ata. Na última assembleia o Senhor Presidente da Câmara levantou um número o qual tem de ser enquadrado nos 350.000,00 €. Para que haja coerência com a minha resposta solicito que esse número seja introduzido. -----

Na sessão da Assembleia Municipal de 14 de junho o Senhor Presidente da Câmara referiu: (...) Já disse noutras assembleias municipais, das 4 agendas que eu levei a Lisboa, na bagagem, para a discussão do tema da Barragem do Sabugal, a agenda da energia, a agenda do lazer, a agenda do abastecimento de água, a agenda da irrigação, esbarrei com o outro lado que me disse «Senhor Presidente, a barragem foi construída para alimentar o bloco da Meimosa para irrigar os campos da Cova da Beira, esse é o prioritário, o segundo é o abastecimento de água, o terceiro é o lazer e o quarto é que será a energia.» -----

Senhor Presidente da Câmara lamento, o senhor de facto é um diplomata, mas deve-se conhecer os documentos regulamentares que governam a barragem que são: o contrato de concessão da utilização do domínio hídrico; o contrato de concessão da exploração do HCB entre a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional e a Associação de Regantes da Cova da Beira, o contrato de concessão para captação de água de abastecimento, o programa da exploração das albufeiras. O contrato de concessão refere explicitamente na cláusula terceira, o seguinte: -----

«o aproveitamento tem ainda como finalidade atual a captação de água para abastecimento às populações dos concelhos de Sabugal, Pinhel e Almeida, pelo que têm de ser disponibilizados os caudais necessários à satisfação dessas necessidades. -----

No caso de, na vigência do presente contrato de concessão se revelarem novas necessidades para o abastecimento público, serão disponibilizados os caudais necessários, devendo para o efeito elaborar-se um aditamento ao presente contrato.» -----

Ou seja, neste texto, implicitamente aparece o abastecimento de água como primeira prioridade. De qualquer modo, mais à frente podemos ler o seguinte: -----

Fica ainda obrigado (o concessionário) a cumprir as regras estipuladas no plano do ordenamento da albufeira. -----

Logo, o plano do ordenamento da albufeira estabelece constrangimentos à utilização da água para o regadio. -----

A cláusula décima segunda define ainda as quantidades que são disponibilizadas para o regadio (...) podendo vir a ser alterado por força de outras necessidades futuras. -----

Ou seja, mais uma vez o abastecimento público aparece aqui como prioridade. -----

Na cláusula décima terceira, na sua alínea c) refere: dar prioridade na utilização ao abastecimento público. -----

Portanto, senhor Presidente, isto é a bíblia e a bíblia tem de estar em cima da mesa independentemente da diplomacia. -----

A audição pública foi um êxito, o que revela que o tema é apelativo e que as pessoas estão preocupadas. Não estiveram presentes as autoridades porque tive um boicote. Tive uma reunião com o Senhor Diretor Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional, na sexta-feira passada, onde fui recebido como um incendiário, disse que estava aqui a incendiar as populações e por isso não iria enviar nenhum técnico, que pudesse ser incomodado por alguém que estivesse com um copo a mais dado o clima que estava criado aqui.” -----

De seguida, foi concedida a palavra ao senhor Mário Antunes que após cumprimentar os presentes disse: “É um orgulho e uma honra, pela primeira vez aos sessenta e dois anos participar numa assembleia, e poder transmitir algumas ideias que tenho. Sou natural da Nave, vivi na Lageosa da Raia durante 17 anos e devido à minha atividade profissional nunca pode participar na atividade política. -----

Primeiro deixar aqui um louvor ao Presidente Robalo e sua equipa pelo Congresso Europeu de Turismo Rural, que foi levado a efeito em junho nas Termas do Cró. Estavam cerca de quatrocentas pessoas, cerca de trezentos espanhóis. Pena foi que a abertura foi um fracasso e o encerramento

A

muito pior. Os espanhóis queixam-se que nós não aderimos tanto como eles. Mas a razão é clara, o pagamento das portagens. Eu vou a Salamanca gratuitamente. Temos este problema e muita gente deixou de vir ao concelho por causa das portagens. -----

Robalo desculpa, mas fiquei ofendido com as tuas declarações quando falas em tribunal e desordeiros. Como Presidente da Câmara não podes dizer uma coisa destas numa assembleia. Esta é a minha opinião. Devias ter estado presente na audição pública, e se não podias estar presente mandavas um vereador em representação da câmara. -----

Para terminar, o António Gata falou que as pessoas deviam investir no nosso concelho. Ontem estive com um senhor que esteve na Austrália mais de vinte anos, esteve também na França, recuperou uma casa dos antepassados e foi tratado como um terrorista, tendo sido inclusive julgado no Tribunal da Guarda. Eu disse-lhe que a Câmara devia ter bom senso e ajudá-lo. -----

Hoje, foi um dia memorável para mim, sinto orgulho de ser raiano do Sabugal e estarei sempre ao dispor para aquilo que poder ajudar.” -----

Por último, foi concedida a palavra ao Senhor **Virgílio Janela**, que depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para dizer: *“o primeiro assunto tem a ver com a notícia que o Alexandre Gonçalves deu nesta assembleia que, para mim, foi uma novidade, mas, quero aqui também lamentar que só agora foi publicado no Diário da República algo sobre os projetos de estradas que nós andamos a reclamar há tanto tempo. Vou só referir uma que é a estrada Sabugal – Guarda. Já em tempos fiz algumas intervenções relativamente a este tema e de facto acho que os responsáveis políticos, os nossos governantes deviam vir ao Sabugal pedir desculpa aos Sabugalenses por todo este atraso que é injustificável. -----*

O segundo tema tem a ver com o mural que foi executado no Mercado. Foi dito aqui muita coisa, mas eu queria também dizer aqui algo sobre isso. O mural que foi pintado, de facto é uma obra prima e valoriza imenso o ambiente urbano da cidade. Há outros morais que o Senhor Presidente referiu. Mas, o moral que foi agora pintado foi fruto de uma ideia do Orçamento Participativo, o qual acolhe ideias de pessoas singulares ou coletivas para determinado projeto. Este projeto foi finalizado, está uma maravilha, mas tenho que dizer aqui que a ideia partiu do Pedro Figueiredo e quero dar-lhe dar os parabéns aqui publicamente.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para responder. Tomando novamente a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara**, em resposta às intervenções do público disse: -----

“Relativamente ao José Escada não tenho nada a acrescentar. -----



Sobre a intervenção do Mário Antunes, pelas razões que referi em resposta anterior, mas não deixaria de referenciar, porque assim agora questionado, que há formalidades, regras e princípios que o Presidente da Câmara não pode dispensar, formas de trabalhar e de respeitar os órgãos autárquicos e instituições, e eu senti que não estavam todas as condições reunidas. Respeito todos aqueles que foram lá cheios de boa intenção.” -----

No que à intervenção do Virgílio se refere disse: “Valorizo muito os atos e muito pouco os anúncios. Gosto de ver concretizações. É evidente que todos nós queremos um concelho rico e bem servido, com boas estradas, boa ligação à A23, A25 e a Espanha que hoje é um parceiro enorme. Estou satisfeito por estar lá escrito agora teremos de aguardar.” -----

Não tendo havido mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e dez minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, _____


Isabel Gonçalves